Desa Dobrevê Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017

KPDS 207385

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações do resultado **7**

Demonstrações de resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e quotistas da
Dobrevê Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Dobrevê Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Dobrevê Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados às autorizações
(Consulte as notas explicativas 2.4, 4.8,10 e 11 às demonstrações financeiras)

A Companhia possui os montantes de R$ 1.269.274 e R$ 52.860 nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017 relativos ao ativo imobilizado e ao ativo intangível, respectivamente. A Companhia efetua a análise de existência de indicadores (“triggers”) de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos ou de suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), e realiza testes de recuperabilidade para os ativos onde indicadores foram identificados, utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor em uso. Devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão dos planos de negócios, orçamentos e análises do valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Avaliamos a adequação das metodologias e premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos não financeiros relacionados às autorizações possam ter sofrido desvalorização e para determinar suas unidades geradoras de caixa. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, (i) avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a realização do teste de recuperabilidade de seus ativos, tais como taxa de desconto, volume e preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos; e (ii) realizamos uma análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas nos modelos matemáticos. Adicionalmente, avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as mensurações dos ativos não financeiros ligados às autorizações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

  Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

  Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 28 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

Desa Dobrevê Energia S.A.

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R$)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota explicativa**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**Passivo e patrimônio líquido**	**Nota explicativa**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Circulante						**Circulante**					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.466	710	56.604	44.735	Fornecedores	12	21	87	17.812	10.896
Contas a receber de clientes	7	-	-	52.826	44.690	Empréstimos e financiamentos	13	1.152	1.156	64.680	64.270
Adiantamentos a fornecedores		60	-	5.360	5.036	Debêntures	14	82.891	17.925	82.891	17.925
Dividendos a receber	8	71.571	56.145	-	-	Empréstimos com controladas	8	-	-	-	11.166
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		1.220	-	4.155	-	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		-	-	4.201	-
Impostos a recuperar		50	1.263	3.351	8.755	Obrigações tributárias		40	16	1.689	7.127
Outros créditos		13	64	6.726	10.045	Adiantamento de clientes	15	-	-	30.244	44.296
						Provisão para custos socioambientais	16	-	-	4.329	5.270
Total do ativo circulante		**78.380**	**58.182**	**129.022**	**113.261**	Dividendos a pagar	8	23.945	30.735	27.988	35.548
						Outros passivos	8	215	9.384	7.303	12.663
Não circulante											
Realizável a longo prazo						**Total do passivo circulante**		**108.264**	**59.303**	**241.137**	**209.161**
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	288.637	237.921						
Outros creditos		-	-	369	304	**Não circulante**					
Depósitos judiciais	17	1.459	1.102	3.293	2.639	Empréstimos e financiamentos	13	2.939	4.077	610.320	663.654
Empréstimos a receber	8	-	20	67.953	62.232	Debêntures	14	21.573	93.662	21.573	93.662
Investimentos	9	929.737	902.416	-	-	Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	16	-	-	8.334	7.430
Imobilizado	10	5.100	2.654	1.269.274	1.350.292	Provisão para perda de investimentos	9	1.745	-	-	-
Intangível	11	-	-	52.860	57.783	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	17	164	641	942	1.270
						Adiantamento para Futuro Aumento Capital	8	5.053	15.750	5.053	15.750
Total do ativo não circulante		**936.296**	**906.192**	**1.682.386**	**1.711.171**	Outros passivos		-	-	11.639	1.264
						Total do passivo não circulante		**31.474**	**114.130**	**657.861**	**783.030**
						Patrimônio liquido	18				
						Capital Social		746.288	745.736	746.288	745.736
						Ajuste de avaliação patrimonial		-	(9.296)	-	(9.296)
						Reserva de capital		71.160	33.728	71.160	33.728
						Reserva de lucro		57.490	20.773	57.490	20.773
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		874.938	790.941	874.938	790.941
						Participação de não controladores		-	-	37.472	41.300
						Total do patrimônio líquido		874.938	790.941	912.410	832.241
Total do ativo		**1.014.676**	**964.374**	**1.811.408**	**1.824.432**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**1.014.676**	**964.374**	**1.811.408**	**1.824.432**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Desa Dobrevê Energia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Descrição	**Nota explicativa**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Receita operacional líquida	19	-	-	298.554	270.127
Custo de geração de energia elétrica	20	-	-	(164.266)	(147.077)
Lucro bruto		**-**	**-**	**134.288**	**123.050**
(Despesas) Receitas Operacionais					
Gerais e administrativas	20	9.719	(4.174)	(1.498)	(6.129)
Depreciação e amortização	20	(53)	(626)	(53)	(626)
Resultado de equivalência patrimonial	9	50.445	48.070	-	-
Amortização do direito de exploração	11	-	-	(2.423)	(3.649)
Total		**60.111**	**43.270**	**(3.974)**	**(10.404)**
Lucro Operacional antes dos Resultados Financeiros		**60.111**	**43.270**	**130.314**	**112.646**
Receitas financeiras	21	210	214	33.348	33.777
Despesas financeiras	21	(12.167)	(17.976)	(84.584)	(89.929)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**48.154**	**25.508**	**79.078**	**56.494**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	22	-	-	(20.452)	(19.677)
Lucro líquido dos exercícios		**48.154**	**25.508**	**58.626**	**36.817**
Atribuível aos acionistas da controladora		48.154	25.508	48.154	25.508
Atribuível a participações não controladoras		-	-	10.472	11.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Desa Dobrevê Energia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Lucro líquido dos exercícios	**48.154**	**25.508**	**58.626**	**36.817**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente	**48.154**	**25.508**	**58.626**	**36.817**
Atribuível aos acionistas da controladora	48.154	25.508	48.154	25.508
Atribuível a participações não controladoras	-	-	10.472	11.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desa Dobrevê Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R$)

		Reserva de capital			Reservas de Lucro					
	Capital social	**Ágio na subscrição de ações**	**Ações em tesouraria**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Reserva Legal**	**Reservas de lucro**	**Lucros/ Prejuízos acumulados**	**Total**	**Participação dos acionistas não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	745.558	61.442	(23.764)	(9.296)	1.323	18.855	-	794.118	52.727	846.845
Resgate de reserva de capital em 25 de abril de 2016 (ata retificadora em 1º de fevereiro de 2017)	-	-	(21.565)	-	-	-	-	(21.565)	-	(21.565)
Aumento de capital em 04 de julho de 2016	178	17.615	-	-	-	-	-	17.793	-	17.793
Deliberação de dividendos	-	-	-	-	-	(18.855)	-	(18.855)	-	(18.855)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	25.508	25.508	11.309	36.817
Dividendos distribuídos a minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.736)	(22.736)
Destinações propostas								-		-
Reserva legal	-	-	-	-	1.275	-	(1.275)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-			(6.058)	(6.058)	-	(6.058)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-		18.175	(18.175)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	745.736	79.057	(45.329)	(9.296)	2.598	18.175	-	790.941	41.300	832.241
Aumento de capital em 15 de maio de 2017	394	39.041	-	-	-	-	-	39.435	-	39.435
Aumento de capital em 29 de setembro de 2017 (ata retificadora em 28 de novembro de 2017)	80	-	-	-	-	-	-	80	-	80
Aumento de capital em 2 de outubro de 2017 (ata retificadora em 21 de agosto de 2017)	70	6.939	-	-	-	-	-	7.009	-	7.009
Aumento de capital em 2 de outubro de 2017 (ata retificadora em 28 de novembro de 2017)	8	748	-	-	-	-	-	756	-	756
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	48.154	48.154	10.472	58.626
Dividendos distribuídos à não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.300)	(14.300)
Destinações propostas										
Reserva legal	-		-	-	2.408	-	(2.408)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(11.437)	(11.437)	-	(11.437)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	34.309	(34.309)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	746.288	125.785	(45.329)	(9.296)	5.006	52.484	-	874.938	37.472	912.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Desa Dobrevê Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	48.154	25.508	79.078	56.494
Reconciliação do resultado do exercício:				
Depreciação de imobilizado	53	626	80.401	78.646
Baixa de imobilizado	(461)	505	5.334	363
Baixa de intangivel	-	548	2.500	599
Baixa e provisão para baixa de investimento	(10.444)	-	-	-
Equivalência patrimonial	(50.445)	(48.070)	-	-
Ajuste a valor presente das provisões para riscos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	811	-
Provisões para riscos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	(178)	-
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(191)	626	(62)	1.255
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	(2.232)	-	(5.741)	1.801
Rendimento de aplicações	-	-	(26.832)	(30.807)
Atualização monetária	(111)	-	6.396	7.592
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures	11.967	17.637	69.433	74.344
	(3.710)	(2.620)	211.140	190.287
(Aumento) redução de ativos:				
Contas a receber de clientes	-	-	(8.136)	(16.751)
Outros créditos	51	164	3.254	(6.226)
Depósitos judiciais	(232)	552	(307)	3.570
Adiantamento a fornecedores	(60)	-	(324)	502
Impostos a recuperar	(7)	(24)	1.249	(71)
(Aumento) redução de passivos:				
Fornecedores	(66)	(202)	6.916	(1.426)
Adiantamento de clientes	-	-	(14.052)	19.465
Emprestimos com coligadas	-	-	(11.166)	(32.012)
Obrigações tributárias e Impostos e contribuições a recolher	24	(32)	758	(6.436)
Pagamento de provisões para riscos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	(670)	-
Pagamento de contingências trabalhistas e cíveis	(300)		(300)	
Outros passivos	341	632	5.015	10.779
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(3.959)**	**(1.530)**	**193.377**	**161.681**
Juros pagos	(1.594)	(17.957)	(60.711)	(53.519)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(22.447)	(11.909)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(5.553)**	**(19.487)**	**110.219**	**96.253**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Caixa gerado na incorporação de controladas	173			
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	(33.394)	-	-	-
Aumento de capital em investidas	-	(28.812)	-	-
Redução de capital em investidas	13.000	20.470	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	(2.294)	(34.677)
Dividendos recebidos	28.560	30.928	-	-
Empréstimos a receber	2.252	(20)	20	(60.760)
Aplicações financeiras	-	-	(23.884)	(33.686)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**10.591**	**22.566**	**(26.158)**	**(129.123)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(18.638)	(5.857)	(77.587)	(107.875)
Adiantamento para futuro aumento de capital	36.583	24.671	36.583	24.671
Compra de ações para tesouraria	-	(21.565)	-	(21.565)
Dividendos pagos	(18.227)	(462)	(33.297)	(19.648)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	2.109	142.365
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(282)**	**(3.213)**	**(72.192)**	**17.948**
Aumento (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa no exercícios	**4.756**	**(134)**	**11.869**	**(14.922)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	710	844	44.735	59.657
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.466	710	56.604	44.735
Aumento (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa no exercícios	**4.756**	**(134)**	**11.869**	**(14.922)**
	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado)

1 Informações gerais

A DESA Dobrevê Energia S.A. ("DESA" ou "Companhia"), com sede no município de São Paulo - SP, constituída em 2 de abril de 2009, e em conjunto com suas controladas, com sede na avenida Dr. Cardoso de Melo, 1.184 - 7º andar, Vila Olímpia, São Paulo - SP, tem como objeto a implantação e a exploração de aproveitamentos hidrelétrico e eólico para fins de geração, exclusivamente através da utilização de fontes renováveis, e comercialização de energia, além da participação no capital social de outras empresas que atuam no mesmo setor.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou nas informações contábeis individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R$29.884 e R$112.115, respectivamente. Na controladora, o equacionamento do capital de giro no exercício de 2018 será alcançado mediante a distribuições de resultado de suas controladas. Já para o capital circulante líquido negativo consolidado, a Companhia entende que as suas operações serão conduzidas normalmente considerando que esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Sociedade, decorrente de sua própria atividade.

1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

PCHs	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Figueirópolis	1	Res.198	04/05/2004	30 anos	19,4
Ludesa	1	Res.705	17/12/2002	30 anos	30,0
Mata Velha	1	Res.262	16/05/2002	30 anos	24,0
Novo Horizonte	1	Res.652	26/11/2002	30 anos	23,0
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Subtotal					**105,4**
Cherobim	2	Em andamento *	-	-	28,0
Subtotal					**28,0**
Total					**133,4**

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.
(1) - Operação
(2) - Em desenvolvimento

1.2 Projetos de geração eólica

Projetos Eólicos	Status	Res.original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Eurus I	1	PRT 264	19/04/2011	35 anos	30,0
Eurus III	1	PRT 266	27/04/2011	35 anos	30,0
Morro dos Ventos I	1	PRT 664	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos II	1	PRT 373	12/06/2012	35 anos	29,1
Morro dos Ventos III	1	PRT 685	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IV	1	PRT 686	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IX	1	PRT 665	27/07/2010	35 anos	30,0
Morro dos Ventos VI	1	PRT 663	27/07/2010	35 anos	28,8
Subtotal					**234,3**
Iraúna I	2	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna II	2	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna IX	2	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna X	2	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna XI	2	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna XII	2	Em andamento *	-	-	29,4
Subtotal					**176,4**
Total					**410,7**

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.
(1) - Operação
(2) - Em Desenvolvimento

1.3 Sazonalização

A receita operacional e os custos de geração das PCHs e dos parques eólicos sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º e 2º trimestres;

- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.

- O período de chuvas favorece a geração das PCHs do Sudeste/Centro-Oeste no 4º e no 1º trimestres, enquanto no Sul o período de chuvas favorece a geração de energia no 2º e no 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada e registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física é valorada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, este efeito é definido como GSF ("Generation Scaling Factor).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28 de março de 2018.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Principais estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia e de suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e de suas controladas revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Imobilizado (nota explicativa nº 10) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

- Intangível (nota explicativa nº 11) - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

- Provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota explicativa nº 16) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- Provisões para riscos trabalhistas e cíveis (nota explicativa nº 17) reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 23) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

3 Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta
Cherobim	Integral	89%	-
DESA Eólicas	Integral	100%	-
DESA Eurus I	Integral	-	100%
DESA Eurus III	Integral	-	100%
Figueirópolis	Integral	100%	-
Ludesa	Integral	60%	-
Mata Velha	Integral	100%	-
Morro dos Ventos I	Integral	-	100%
Morro dos Ventos II	Integral	-	100%
Morro dos Ventos III	Integral	-	100%
Morro dos Ventos IV	Integral	-	100%
Morro dos Ventos IX	Integral	-	100%
Morro dos Ventos VI	Integral	-	100%
Novo Horizonte	Integral	100%	-
Rio Claro	Integral	-	94%
Varginha - DESA	Integral	-	94%
WF1 Holding	Integral	100%	-

As empresas Bonanza; Desa Comercializadora; Distância; Laranjinha; Morro dos Ventos; Renascer; WF Wind Holding V, VII, VIII, X e XI, não estão sendo mais apresentadas pois foram incorporadas em 28 de dezembro de 2017 pela Dobrevê Energia (nota explicativa nº 9).

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.

b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas.

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

d) Os valores das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido consolidado são de R$37.472 em 31 de dezembro de 2017 e 41.300 em 31 de dezembro de 2016.

e) A seguir estão destacadas as controladas diretas que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 31 de dezembro 2017 e 2016:

Empresas	31/12/2017	31/12/2016
Cherobim	(831)	-
Rio Claro	(547)	-
Varginha - DESA	(367)	-
Total	(1.745)	-

4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

4.1 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

4.2 Instrumentos financeiros

- ***Ativos financeiros***

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia e suas controladas possui somente ativos financeiros classificados como "Empréstimos e recebíveis", que são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

- ***Passivos financeiros***

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem somente passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- ***Capital social***

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

4.3 Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/ recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

4.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas médias anuais variáveis, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros".

4.5 Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial, a Companhia e suas controladas obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros da controlada durante a fase de construção e operação.

4.6 Provisões para desmobilização de ativos

Determinados parques eólicos possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Dessa forma, a provisão para desmobilização foi reconhecida ao seu valor justo e, posteriormente, é mensurada ao seu valor presente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

4.7 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

4.8 Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

- ***Ativos financeiros***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, para todos os títulos significativos. Recebíveis mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

4.9 Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

4.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para as controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

4.11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido, na combinação de negócios, ou na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

4.12 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia e suas controladas não adotaram as normas novas ou revisadas a seguir:

a) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros

O IFRS 9 / CPC 48 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39 / CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39 / CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a Companhia e suas controladas registrem contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange às modificações relacionadas à contabilização de *hedge*, o IFRS 9 mantem os três tipos de mecanismo de contabilização de *hedge* previstos no IAS 39, mas traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

A Administração da Companhia e suas controladas realizou uma avaliação dos potenciais impactos na adoção da norma IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e concluiu não terem impactos relevantes nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) IFRS 15 / CPC 47 e Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo simples para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18 / CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requerimentos do IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

O IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia e suas controladas realizou uma avaliação dos potenciais impactos na adoção da norma IFRS 15 - Receitas com clientes, e concluiu não terem impactos relevantes nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

O IFRS 16 / CPC 06 (R2) será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia e suas controladas está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	194	38	24.014	23.916
Aplicações financeiras:				
Fundos de investimento (a)	5.272	672	31.567	7.163
Operações compromissadas em debêntures (b)	-	-	1.023	13.656
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.466	710	56.604	44.735

(a) Representa valores aplicados no Fundo Atlântica, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, letras financeiras, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa de remuneração deste fundo é 101,53% do CDI na data do balanço (98,54% em 31 de dezembro de 2016).

(b) Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 95,24% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço (100% em 31 de dezembro de 2016).

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 25) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

6 Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários

Controlada	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração*	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Novo Horizonte	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	100,82%	2.579	2.654
Desa Eólicas	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	99,41%	242.472	192.185
Desa Eurus I	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	99,41%	3.037	2.889
Desa Eurus III	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	99,41%	3.457	3.776
Morro dos Ventos I	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	99,41%	3.488	5.374
Morro dos Ventos II	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	99,41%	12.961	5.822
Morro dos Ventos III	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	99,41%	3.527	5.433
Morro dos Ventos IV	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	99,41%	3.324	4.737
Morro dos Ventos IX	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	99,41%	3.719	5.115
Morro dos Ventos VI	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	99,41%	2.883	3.326
Ludesa Energética	Bradesco	Fundo Atlânticas	Indefinido	101,53%	355	-
Mata Velha	Citibank	Fundo Citi Cash Blue	Indefinido	97,13%	6.835	6.610
					288.637	237.921

* Remuneração média na data base, tendo como referência o depósito interbancário - DI

Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2017, as garantias estavam 100% integralizadas.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

Os saldos das contas de reservas destinados as garantias dos empréstimos e financiamentos são apresentados por instituição financeira no quadro abaixo:

Instituição financeira	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Banco Itaú Unibanco S.A.	278.868	228.657
Banco Bradesco S.A.	2.934	2.654
Citibank	6.835	6.610
Total	288.637	237.921

7 Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Concessionárias a permissionárias	52.826	44.690
Total	52.826	44.690

A Administração da Companhia e suas controladas entendeu não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2017.

Composição do saldo do contas a receber:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
CCEAR(*)	2.118	2.918
CER(**)	27.063	23.140
Mercado Livre	14.748	11.682
PROINFA	8.897	6.950
Total	52.826	44.690

*Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

**Contrato de Energia de Reserva

Composição por vencimento do contas a receber:

	Consolidado
Vencidos	
Até 90 dias	1.723
Total	1.723
A vencer	
Até 60 dias	41.702
Mais de 60 dias	9.401
	51.103
Total	52.826

8 Partes relacionadas

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	4.830	676	-	-	94	125
Sub total	4.830	676	-	-	94	125
Outros créditos (nota nº 9)						
CPFL Renováveis	15	15	-	-	-	195
Sub total	15	15	-	-	-	195
Total do circulante	4.845	691	-	-	94	320
Não circulante:						
Empréstimos a receber						
Sócios não controladores (a)	-	20	-	-	-	52
Sub total	-	20	-	-	-	52
Total do não circulante	-	20	-	-	-	52
Total do Ativo	4.845	711	-	-	94	372
Passivo						
Circulante:						
Fornecedores (nota nº 9) e custo e despesa (nota nº22)						
CPFL Renováveis	-	-	-	-	(2)	-
Sub total	-	-	-	-	(2)	-
Dividendos a pagar						
CPFL Renováveis	-	-	23.945	30.735	-	-
Sub total	-	-	23.945	30.735	-	-
Debêntures (nota nº 14)						
Bradesco	-	-	82.891	17.925	-	-
Sub total	-	-	82.891	17.925	-	-
Outros passivos						
Morro dos Ventos II	-	-	177	-	-	-
Novo Horizonte	-	-	9	-	-	-
CPFL Renováveis	-	-	11	(144)	(11)	-
Sub total	-	-	197	(144)	(11)	-
Total do não circulante	-	-	107.033	48.516	(13)	-
Não circulante:						
Aditantamento para futuro aumento de capital						
CPFL Renováveis	-	-	5.053	15.750	-	-
Sub total	-	-	5.053	15.750	-	-
Total do não circulante	-	-	5.053	15.750	-	-
Total do Passivo	-	-	112.086	64.266	(13)	-

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	36.442	17.950	-	-	2.261	3.706
Sub total	36.442	17.950	-	-	2.261	3.706
Contas a receber de clientes (nota nº 7) e receita (nota nº 20)						
Bio Buriti	-	-	-	-	120	-
Santa Ursula	-	-	-	-	131	-
Sul Centrais Elétricas	-	-	-	-	32	-
AES Sul Dist Gaúcha de Ener S.A	-	-	-	-	385	-
Bio Formosa	575	619	-	-	-	6
Bioenergia	-	-	-	-	96	-
Chimay	-	-	-	-	86	-
Bio Coopcana	-	-	-	-	-	12
Bio Ester	-	-	-	-	1.227	196
Cia Jaguari de Energia (c)	-	18	-	-	66	161
Cia Leste Paulista Energia (c)	-	5	-	-	24	59
Cia Luz e Força de Mococa (c)	-	2	-	-	10	24
Cia Sul Paulista Energia (c)	-	9	-	-	43	105
CPFL Paulista	-	155	-	-	572	1.396
CPFL Piratininga	-	58	-	-	213	521
CPFL Renováveis	9.458	8.155	-	-	1.857	1.101
Paiol	-	-	-	-	-	387
RGE Rio Grande Energia	-	113	-	-	418	1.021
RGE Sul	-	20	-	-	-	62
Sub total	10.033	9.154	-	-	5.280	5.051
Total do circulante	46.475	27.104	-	-	7.541	8.757
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº6)						
Banco Bradesco	2.579	2.654	-	-	2.261	337
Sub total	2.579	2.654	-	-	2.261	337
Empréstimos a receber						
CPFL Renováveis	67.953	62.212	-	-	(5.741)	(1.473)
Sub total	67.953	62.212	-	-	(5.741)	(1.473)
Total do não circulante	70.532	64.866	-	-	(3.480)	(1.136)
Total do Ativo	117.007	91.970	-	-	4.061	7.621

Passivo						
Circulante:						
Fornecedores						
Lacenas	-	-	-	30	-	(196)
São Benedito Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	(139)
São Domingos Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	(126)
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	-	-	-	-	-	(482)
SPE Varginha Energia S.A.	-	-	-	-	-	(478)
CPFL Transmissoras	-	-	-	-	-	(3)
Cia Jaguari de Energia (c)	-	-	-	-	(20)	-
Cia Leste Paulista Energia (c)	-	-	-	-	(7)	-
Cia Luz e Força de Mococa (c)	-	-	-	-	(3)	-
Cia Sul Paulista Enregia (c)	-	-	-	-	(13)	-
CPFL Paulista	-	-	-	-	(170)	-
Cia Piratininga Força Luz	-	-	-	-	(63)	-
AES Sul Dist Gaúcha de Ener S.A.	-	-	-	-	(90)	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A	-	-	-	-	(2)	-
CPFLTransmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	(1)	-
Rio Grande Energia	-	-	-	-	(123)	-
Bio Ester	-	-	350	-	(539)	-
Santo Dimas	-	-	53	-	(53)	-
Pedra Cheirosa I	-	-	115	-	(172)	-
CPFL Serviços	-	-	233	-	(247)	-
CPFL Renováveis	-	-	2.887	1.054	(3.562)	(3.969)
Sub total	-	-	3.638	1.084	(5.065)	(5.393)
Adiantamentos de clientes						
CPFL Paulista	-	-	238	-	-	-
AES Sul Dist Gaúcha de Ener S.A.	-	-	126	-	-	-
Cia Leste Paulista Energia (c)	-	-	10	2	-	-
Cia Luz e Força de Mococa (c)	-	-	4	1	-	-
Cia Piratininga Força Luz	-	-	89	14	-	-
Cia Sul Paulista Enregia (c)	-	-	18	3	-	-
Cia Jaguari de Energia (c)	-	-	28	4	-	-
Paulista de Força e Luz	-	-	-	37	-	-
Rio Grande Energia	-	-	174	27	-	-
Sub total	-	-	687	88	-	-
Dividendos a pagar						
CPFL Renováveis	-	-	12.506	30.735	-	-
Sócios não controladores	-	-	420	4.813	-	-
Sub total	-	-	27.988	35.548	-	-
Debêntures						
Bradesco	-	-	82.891	17.925	-	-
Sub total	-	-	82.891	17.925	-	-
Empréstimos com coligadas (b)						
Boa Vista 2	-	-	-	10.196	(124)	(911)
Chimay	-	-	-	-	-	(40)
Eólica Formosa	-	-	-	-	-	(289)
Eólica Icaraizinho	-	-	-	-	-	(142)
Eólica Paracuru	-	-	-	-	-	(250)
Pedra Cheirosa I	-	-	-	293	(4)	(26)
Rosa dos Ventos	-	-	-	-	-	(83)
Pedra Cheirosa II	-	-	-	677	(8)	(60)
Sub total	-	-	-	11.166	(136)	(1.801)
Outros passivos						
CPFL Renováveis	-	-	7.115	3.448	(5.304)	-
Morro dos Ventos II	-	-	175	-	-	-
Novo Horizonte	-	-	7	27	-	-
Sub total	-	-	7.297	3.475	(5.304)	-
Total do circulante	-	-	115.204	65.811	(5.201)	(7.194)
Adiantamentos de clientes						
AES Sul Dist Gaúcha de Ener S.A.	-	-	110	-	-	-
Cia Jaguari de Energia (c)	-	-	24	4	-	-
Cia Leste Paulista Energia (c)	-	-	9	2	-	-
Cia Luz e Força de Mococa (c)	-	-	3	1	-	-
Cia Piratininga Força Luz	-	-	77	14	-	-
Cia Sul Paulista Enregia (c)	-	-	16	11	-	-
CPFL Paulista	-	-	208	37	-	-
CPFL Renováveis	-	-	11	-	(11)	-
Rio Grande Energia	-	-	152	-	-	-
Sub total	-	-	610	69	(11)	-
Aditantamento para futuro aumento de capital						
CPFL Renováveis	-	-	5.053	15.750	-	-
Sub total	-	-	5.053	15.750	-	-
Total do não circulante	-	-	5.663	15.819	(11)	-
Total do Passivo	-	-	120.867	81.630	(5.212)	(7.194)

(a) Valores a receber de sócios não controladores que celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas controladas (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. O contrato estabelece que a liquidação deverá ocorrer na data que a SPE distribuir dividendos a seus acionistas. A remuneração é de 8% a.a. + IGP-M.

(b) Refere-se a contratos de mútuo com as coligadas da CPFL Renováveis, com vencimentos até abril de 2024 e remuneração de TJLP+2% a.a., para capital de giro.
(c) Em 31 de outubro 2017, ocorreu a incorporação das distribuidoras Companhia Luz e Força Santa Cruz, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia e Companhia Luz e Força de Mococa pela Companhia Jaguari de Energia.

8.1 Dividendos

Dividendos a receber:

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2017	31/12/2016
Desa Eólicas	64.374	48.461
Figueirópolis	1	-
Ludesa	5.781	6.887
Morro dos Ventos II	1.415	794
WF Wind V	-	2
WF Wind VII	-	1
Total	71.571	56.145

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ocorreu a seguinte movimentação nos dividendos:

	Controladora			
	31/12/2016	Adição	Recebimento	31/12/2017
Dividendos	56.145	43.986	(28.560)	71.571

8.2 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2017	31/12/2016
Cherobim	833	
Desa Eólicas	4.181	18.165
Mata Velha	590	-
Novo Horizonte	-	49
Rio Claro	413	-
Varginha - DESA	348	-
	6.365	18.214

Saldos referentes a aporte de capital a título de adiantamento para futuros aumentos de capital em suas controladas. A Companhia pretende integralizar o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017 até 31 de março de 2018.

Movimentação dos adiantamentos para futuro aumento de capital dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora				
	31/12/2016	Adição	Integralização	Transferencia	31/12/2017
AFAC	18.214	33.394	(46.837)	1.594	6.365

9 Investimentos

A composição é como segue:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	886.987	846.530
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.365	18.214
Direito de exploração de atividade de geração - autorização excluindo os efeitos fiscais	36.385	37.672
Total do investimento	929.737	902.416

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	51.732	51.056
Amortização direito de autorização	(1.287)	(2.986)
Total	50.445	48.070

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido	Resultado do Exercício	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Controladas diretas	31/12/2017				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Bonanza *	-	0%	-	(2.144)	-	2.146	(2.144)	-
Cherobim	899	100%	(831)	(1.758)	-	1.567	-	-
Desa Comercializadora *	-	0%	-	(2)	-	13	(2)	-
Desa Eólicas	256.038	100%	451.261	39.457	451.261	396.070	39.457	27.548
Distância *	-	0%	-	(500)	-	2.539	(500)	-
Figueirópolis	34.559	100%	118.050	11.326	118.050	112.726	11.326	12.417
Laranjinha *	-	0%	-	(733)	-	738	(733)	-
Ludesa	41.124	60%	93.681	26.180	56.209	61.951	15.708	16.965
Mata Velha	29.092	100%	109.790	(12.593)	109.790	112.578	(12.593)	(3.744)
Morro do Vento *	-	0%	-	(783)	-	783	(783)	-
Morro dos Ventos II	3.833	100%	53.843	7.074	53.843	55.054	7.074	(1.870)
Novo Horizonte	96.567	100%	97.505	(1.420)	97.505	98.876	(1.420)	(251)
Renascer *	-	0%	-	(584)	-	584	(584)	-
Rio Claro	349	100%	(547)	(881)	-	11	-	-
Varginha - DESA	1	100%	(367)	(364)	-	11	-	-
WF 1 Holding	9.897	100%	329	(74)	329	403	(74)	(25)
WF Wind Holding V *	-	0%	-	1	-	179	1	8
WF Wind Holding VII *	-	0%	-	1	-	157	1	8
WF Wind Holding VIII *	-	0%	-	1	-	144	1	-
					886.987	846.530	54.735	51.056
Cherobim	899	100%	(831)	(1.758)	-	-	(1.758)	-
Rio Claro	349	100%	(547)	(881)	-	-	(881)	-
Varginha - DESA	1	100%	(367)	(364)	-	-	(364)	-
					886.987	846.530	51.732	51.056

* Empresas incorporadas pela Dobrevê Energia em 28 de dezembro de 2017.

Controladas indiretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido	Resultado do Exercício	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
	31/12/2017				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Eurus I	30.865	100%	33.840	1.068	33.840	34.627	1.068	(1.793)
Eurus III	22.241	100%	29.775	3.676	29.775	30.980	3.676	2.657
Morro dos Ventos I	42.743	100%	44.160	3.775	44.160	40.036	3.775	3.305
Morro dos Ventos III	36.775	100%	37.276	5.908	37.276	36.145	5.908	6.221
Morro dos Ventos IV	41.525	100%	39.134	5.109	39.134	34.362	5.109	2.849
Morro dos Ventos IX	43.770	100%	43.578	4.342	43.578	38.055	4.342	1.068
Morro dos Ventos VI	62.373	100%	45.951	2.986	45.951	41.386	2.986	(627)

Movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - controladora:

	Saldo em 31/12/2015	Aumento de capital	Reduções de capital	Tranferência de Investimento	Transferencia de Provisão para perda de Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2016
Bonanza	396	-	-	-	1.750	-	-	2.146
Cherobim	-	-	-	-	1.567	-	-	1.567
Desa Comercializadora	-	-	-	13	-	-	-	13
Desa Eólicas	343.454	25.069	-	-	-	27.547	-	396.070
Distância	-	-	-	-	2.539	-	-	2.539
Figueirópolis	100.772	-	-	-	-	12.416	(462)	112.726
Laranjinha	729	-	-	-	9	-	-	738
Ludesa	79.090	3.000	(2.970)	-	-	16.965	(34.134)	61.951
Mata Velha	27.623	106.199	(17.500)	-	-	(3.744)	-	112.578
Morro do Vento	-	-	-	(3)	786	-	-	783
Morro dos Ventos II	49.327	7.596	-	-	-	(1.869)	-	55.054
Novo Horizonte	96.100	3.026	-	-	-	(250)	-	98.876
Renascer	-	-	-	-	584	-	-	584
Rio Claro	11	-	-	-	-	-	-	11
Varginha - DESA	11	-	-	-	-	-	-	11
WF 1 Holding	96	-	-	-	332	(25)	-	403
WF Wind Holding V	-	-	-	6	173	-	-	179
WF Wind Holding VII	5	-	-	-	144	8	-	157
WF Wind Holding VIII	-	-	-	-	144	-	-	144
Subtotal do investimento	697.614	144.890	(20.470)	16	8.028	51.048	(34.596)	846.530
Desa Comercializadora	(29)	-	-	(13)	42	-	-	-
Morro do Vento	(3)	-	-	3	-	-	-	-
WF Wind Holding V	(2)	-	-	(6)	-	8	-	-
Subtotal do investimento	697.580	144.890	(20.470)	-	8.070	51.056	(34.596)	846.530

	Saldo em 31/12/2016	Aumento de capital	Reduções de capital	Transferencia para AFAC	Tranferência de Investimento	Baixa de provisão para perda de Investimento	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2017
Bonanza	2.146	-	-	-	-	-	(2)	(2.144)	-	-
Cherobim	1.567	-	-	-	(1.567)	-	-	-	-	-
Desa Comercializadora	13	-	-	-	-	-	(11)	(2)	-	-
Desa Eólicas	396.070	31.647	-	-	-	-	-	39.457	(15.913)	451.261
Distância	2.539	-	-	-	-	-	(2.039)	(500)	-	-
Figueirópolis	112.726	-	-	-	-	-	-	11.326	(6.002)	118.050
Laranjinha	738	-	-	-	-	-	(5)	(733)	-	-
Ludesa	61.951	-	-	-	-	-	-	15.708	(21.450)	56.209
Mata Velha	112.578	14.805	(5.000)	-	-	-	-	(12.593)	-	109.790
Morro do Vento	783	-	-	-	-	-	-	(783)	-	-
Morro dos Ventos II	55.054	336	(8.000)	-	-	-	-	7.074	(621)	53.843
Novo Horizonte	98.876	49	-	-	-	-	-	(1.420)	-	97.505
Renascer	584	-	-	-	-	-	-	(584)	-	-
Rio Claro	11	-	-	-	(11)	-	-	-	-	-
Varginha - DESA	11	-	-	-	(11)	-	-	-	-	-
WF 1 Holding	403	-	-	-	-	-	-	(74)	-	329
WF Wind Holding V	179	-	-	-	-	-	(180)	1	-	-
WF Wind Holding VII	157	-	-	-	-	-	(158)	1	-	-
WF Wind Holding VIII	144	-	-	-	-	-	(145)	1	-	-
Subtotal do investimento	846.530	46.837	(13.000)	-	(1.589)	-	(2.540)	54.735	(43.986)	886.987
Cherobim	-	-	-	(833)	1.567	193	-	(1.758)	-	(831)
Rio Claro	-	-	-	(413)	11	736	-	(881)	-	(547)
Varginha - DESA	-	-	-	(348)	11	334	-	(364)	-	(367)
Subtotal do investimento	846.530	46.837	(13.000)	(1.594)	-	1.263	(2.540)	51.732	(43.986)	885.242

Direitos de exploração líquido dos efeitos fiscais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2015	Amortização	Saldo em 31/12/2016
Eurus I	6.123	(387)	5.736
Eurus III	6.123	(387)	5.736
Morro do Vento	28.412	(2.212)	26.200
Total do direito de exploração, liquido impostos diferidos	40.658	(2.986)	37.672

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Saldo em 31/12/2017
Eurus I	5.736	(195)	5.541
Eurus III	5.736	(195)	5.541
Morro do Vento	26.200	(897)	25.303
Total do direito de exploração, liquido impostos diferidos	37.672	(1.287)	36.385

O direito de exploração será amortizado pelo prazo remanescente das respectivas autorizações/ concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

Informações financeiras das controladas

Demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Bonanza	-	2.147	-	-	-	2.147	-	-	-	-
Cherobim	2	1.760	-	193	2	1.567	-	-	(1.758)	-
Comercializadora de Energia	-	13	-	-	-	13	-	-	-	27.548
Desa Eólicas	520.276	464.783	69.015	68.713	451.261	396.070	-	-	39.457	27.548
Distância	-	2.539	-	-	-	2.539	-	-	-	-
Eurus I	99.176	103.020	65.336	68.393	33.840	34.627	21.370	18.159	1.068	(1.793)
Eurus III	101.397	105.617	71.622	74.637	29.775	30.980	25.427	21.927	3.676	2.657
Figueirópolis	191.550	188.752	73.500	76.026	118.050	112.726	24.462	24.697	11.326	12.417
Ludesa	112.775	118.634	19.094	15.383	93.681	103.251	40.102	40.544	26.180	28.275
Mata Velha	191.977	210.031	82.187	97.453	109.790	112.578	20.508	15.120	(12.593)	(3.744)
Morro dos Ventos	-	783	-	-	-	783	-	-	-	-
Morro dos Ventos I	112.842	118.398	68.682	78.362	44.160	40.036	25.340	25.066	3.775	3.305
Morro dos Ventos II	147.973	145.830	94.130	90.776	53.843	55.054	32.615	18.484	7.074	(1.870)
Morro dos Ventos III	105.627	111.896	68.351	75.751	37.276	36.145	24.357	25.319	5.908	6.221
Morro dos Ventos IV	103.380	108.720	64.246	74.358	39.134	34.362	23.210	22.664	5.109	2.849
Morro dos Ventos IX	117.096	122.890	73.518	84.835	43.578	38.055	24.035	23.062	4.342	1.068
Morro dos Ventos VI	100.803	105.811	54.852	64.425	45.951	41.386	19.704	17.846	2.986	(627)
Novo Horizonte	133.173	137.425	35.668	38.549	97.505	98.876	17.424	17.115	(1.420)	(251)
Renascer	-	584	-	-	-	584	-	-	-	-
Rio Claro	152	1.056	287	1.045	(135)	11	-	-	(881)	-
Varginha - DESA	-	368	-	357	-	11	-	-	-	-
WF 1 Holding	329	403	-	-	329	403	-	-	(74)	(25)
WF Wind Holding V	-	182	-	3	-	179	-	-	1	8
WF Wind Holding VII	-	157	-	1	-	156	-	-	1	8
WF Wind Holding VIII	-	150	-	6	-	144	-	-	-	-
WF Wind Holding X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
WF Wind Holding XI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

i. Incorporações

Em 29 de setembro de 2017, os acionistas da Dobrevê Energia S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital social dessa companhia mediante versão do patrimônio líquido da Campo dos Ventos IV Energia S.A. ("Campo dos Ventos IV") e da Eurus V Energias Renováveis S.A. ("Eurus V"), sem emissão de ações, não havendo portanto mudança no percentual de participação dos acionistas dessa companhia.

Adicionalmente, foram aprovadas as incorporações das controladas: WF Wind Holding V S.A, WF Wind Holding VII S.A, WF Wind Holding VIII S.A, WF Wind Holding X S.A, WF Wind XI S.A, Laranjinha Energética S.A, Bonanza Energética S.A, Renascer Centrais Elétricas S.A, Desa Comercializadora Energética S.A, Morro dos Ventos Energética Renováveis S.A, Distancia Energética S.A, Campo dos Ventos IV e Eurus V pela Dobrevê Energia S.A, nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data. O patrimônio líquido total incorporado foi de R$2.624.

10 Imobilizado

	Controladora			
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2015	3.039	296	7	3.342
Custo histórico	3.039	359	682	4.080
Depreciação acumulada	-	(63)	(675)	(738)
Baixas	(215)	(290)	-	(505)
Depreciação	(176)	-	(7)	(183)
Saldo em 31/12/2016	2.648	6	-	2.654
Custo histórico	2.824	69	682	3.575
Depreciação acumulada	(176)	(63)	(682)	(921)
Taxa média de depreciação - %	4 a 5	5 a 6	10 a 11	

	Controladora			
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2016	2.648	6	-	2.654
Custo histórico	2.824	69	682	3.575
Depreciação acumulada	(176)	(63)	(682)	(921)
Baixas	-	(69)	(46)	(115)
Transferências*	216	-	(216)	-
Incoporação**	2.038	-	-	2.038
Depreciação	-	(1)	(52)	(53)
Baixa da depreciação	176	64	336	576
Saldo em 31/12/2017	5.078	-	22	5.100
Custo histórico	5.078	-	420	5.498
Depreciação acumulada	-	-	(398)	(398)
Taxa média de depreciação - %	5 a 6	4 a 5	5 a 6	

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2015	45.421	139.089	83.477	963.658	77	15	159.126	1.390.863
Custo histórico	47.486	160.882	97.440	1.135.953	178	2	159.126	1.601.067
Depreciação acumulada	(2.065)	(21.793)	(13.963)	(172.295)	(101)	13	-	(210.204)
Adições	-	-	-	-	-	-	34.393	34.393
Baixas	-	-	(297)	(66)	-	-	-	(363)
Transferências*	4.774	94.836	(1.908)	28.666	-	31	(126.449)	(50)
Depreciação	(2.269)	(11.494)	(3.153)	(57.613)	(16)	(6)	-	(74.551)
Saldo em 31/12/2016	47.926	222.431	78.119	934.645	61	40	67.070	1.350.292
Custo histórico	52.260	255.718	95.235	1.164.553	178	33	67.070	1.635.047
Depreciação acumulada	(4.334)	(33.287)	(17.116)	(229.908)	(117)	7	-	(284.755)
Taxa média de depreciação - %	3 a 4	3 a 4	3 a 4	4 a 5	7 a 8	7 a 8		

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2016	47.926	222.431	78.119	934.645	61	40	67.070	1.350.292
Custo histórico	52.260	255.718	95.235	1.164.553	178	33	67.070	1.635.047
Depreciação acumulada	(4.334)	(33.287)	(17.116)	(229.908)	(117)	7	-	(284.755)
Adições	-	-	-	-	-	-	2.294	2.294
Baixas	(21)	-	(41)	(878)	(2)	48	(5.116)	(6.010)
Transferências*	61	-	85	5.166	8	4	(5.324)	-
Transferências custo**	-	(18.254)	(9.845)	(39.408)	(85)	(84)	(54.675)	(122.351)
Depreciação	(2.617)	(13.903)	(4.610)	(56.824)	(17)	(7)	-	(77.978)
Transferências depreciação**	1	18.253	9.844	94.083	87	83	-	122.351
Baixa da depreciação	2	-	43	660	-	(29)	-	676
Saldo em 31/12/2017	45.352	208.527	73.595	937.444	52	55	4.249	1.269.274
Custo histórico	52.300	237.464	85.434	1.129.433	99	1	4.249	1.508.980
Depreciação acumulada	(6.948)	(28.937)	(11.839)	(191.989)	(47)	54	-	(239.706)
Taxa média de depreciação - %	5 a 6	5 a 6	4 a 5	5 a 6	11 a 12	7 a 8		

*Transferências em decorrência de unitizações.

**Referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo imobilizado, as quais não alteram o montante de despesa de depreciação registrada no periodo, uma vez que não tiveram as respectivas vidas uteis alteradas.

11 Intangível

A composição e movimentação do saldo do intangível é como segue:

	Consolidado		
	Adquiridos em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	52.835	1.045	53.880
Custo histórico	54.612	3.402	58.014
Amortização acumulada	(1.777)	(2.357)	(4.134)
Adição	8.597	-	8.597
Baixa	-	(3.181)	(3.181)
Baixa Amortização	-	2.582	2.582
Amortização	(3.649)	(446)	(4.095)
Reclassificação - Custo	-	(164)	(164)
Reclassificação - Depreciação	-	164	164
Saldo em 31/12/2016	57.783	-	57.783
Custo histórico	63.209	57	63.266
Amortização acumulada	(5.426)	(57)	(5.483)
Taxa Anual de Amortização %	3 a 4	4	

	Consolidado		
	Adquiridos em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	57.783	-	57.783
Custo histórico	63.209	57	63.266
Amortização acumulada	(5.426)	(57)	(5.483)
Baixa	(2.500)	-	(2.500)
Amortização	(2.423)	-	(2.423)
Saldo em 31/12/2017	52.860	-	52.860
Custo histórico	60.709	57	60.766
Amortização acumulada	(7.849)	(57)	(7.906)
Taxa Anual de Amortização %	3 a 4		

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica	-	-	13.598	7.487
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	145	-
Materiais e serviços	21	87	4.069	3.409
Total	21	87	17.812	10.896

A companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

13 Empréstimos e financiamentos

No ano de 2016

	Controladora				
	31/12/2016				
Agente financiador	Principal	Encargos	Total Circulante	Não circulante	Total
FINEP	1.138	18	1.156	4.077	5.233
	1.138	18	1.156	4.077	5.233

No ano de 2017

	Controladora				
	31/12/2017				
	Circulante		Total	Não Circulante	Total
Agente Financiador	Principal	Encargos	Circulante	Principal	
FINEP	1.138	14	1.152	2.939	4.091

Movimentação

No ano de 2016

Controladora				
31/12/2016				
Saldo em 31/12/2015	Juros	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2016
6.375	453	(1.138)	(457)	5.233

No ano de 2017

Controladora				
31/12/2017				
Saldo em 31/12/2016	Juros	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2017
5.233	365	(1.138)	(369)	4.091

No Ano de 2016

	Consolidado				
	31/12/2016				
Agente financiador	Principal	Encargos	Total Circulante	Não circulante	Total
BNDES	2.259	54.608	56.867	595.308	652.175
Safra (APR)	2.456	3.791	6.247	64.270	70.517
FINEP	18	1.138	1.156	4.076	5.232
	4.733	59.537	64.270	663.654	727.924

No Ano de 2017

	Consolidado				
	31/12/2017				
	Circulante		Total	Não Circulante	Total
Agente Financiador	Encargos	Principal	Circulante	Principal	
BNDES	2.115	55.400	57.515	548.287	605.802
SAFRA (APR)	731	5.282	6.013	59.094	65.107
FINEP	14	1.138	1.152	2.939	4.091
	2.860	61.820	64.680	610.320	675.000

Movimentação

Consolidado							
Saldo em 31/12/2015	Liberações	Correção Monetária	Juros	Adição de custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2016
				-			
658.510	144.304	9.064	57.160	(1.939)	(90.375)	(48.800)	727.924

Consolidado								
Saldo em 31/12/2016	Liberações	Correção Monetária	Juros	Adição de custo de captação	Amortização de custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2017
				-	-			
727.924	2.769	6.709	57.601	(660)	230	(60.087)	(59.486)	675.000

	Consolidado				
Mensuradas ao custo	31/12/2017	31/12/2016	Remuneração anual	Condições de Amortização	Principais garantias
Moeda nacional					
Investimento					
FINEM XV	23.185	27.306	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	(i) Penhor de ações da SPE; (ii) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (iii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iv) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XVI	4.335	6.419	Pré-fixado 5,5%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	(i) Penhor de ações da SPE; (ii) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (iii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iv) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XVII	428.205	460.427	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação; (iv) Penhor de ações da SPE e DESA Eolicas SA; (v) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (vi) Fiança Bancária.
FINEM XXV	83.136	87.492	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2016 a junho 2032	(i) Penhor de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação; (iv) Penhor de ações da SPE; (v) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (vi) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XXVII	67.584	70.531	TJLP e TJLP + 2,02%	162 parcelas mensais a partir de novembro de 2016 a abril 2030	(i) Penhor de ações da SPE; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Atribuição Fiduciária de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (iv) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINEP III	4.091	5.232	Pré-fixado 8%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança Bancária.
Gastos com captação	(643)	-			
Instituições Financeiras					
Safra	65.107	70.517	105% do CDI	7 parcelas anuais a partir de janeiro de 2017 e maio de 2017	Não existem garantias
	675.000	727.924			

Principais movimentações no exercício

Moeda nacional

Investimento

FINEM XXV - No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Morro dos Ventos II liberou R$391 do seu financiamento junto ao BNDES referentes ao subcrédito "C". O saldo a liberar é de R$29.

FINEM XVII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as controladas pertencentes à Desa Eólicas S.A. liberaram R$677 do seu financiamento junto ao BNDES referentes aos subcréditos "D". O saldo a liberar é de R$3.974.

FINEM XXVII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Mata Velha liberou R$1.699 do seu financiamento junto ao BNDES, sendo R$1.520 referentes ao subcrédito "B" e R$179 ao subcrédito "C". O saldo a liberar é de R$164.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2019	1.138	2019	63.320
2020	1.138	2020	63.316
2021	663	2021	65.369
2022	-	2022	67.606
2023	-	2023	67.909
2024 a 2028	-	2024 a 2028	244.041
2029 a 2033	-	2029 a 2033	38.759
Total - não circulante	2.939	Total - não circulante	610.320

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, qualitativas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os empréstimos vigentes no período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

FINEM XV e FINEM XVI

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

FINEM XVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida nas SPEs igual ou maior a 1,2, durante o período de amortização.

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas.

  Caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado seja apurado em valor igual ou maior a 1,3, as Beneficiárias estarão dispensadas da obrigação de manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

FINEM XXV

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,3, durante o período de amortização do contrato.

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

FINEM XXVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da SPE maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato;

- Manutenção anual do Índice de Capitalização Própria da SPE igual ou superior a 39,5%, definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em 31 de dezembro de 2017, a SPE Mata Velha S.A. não atendeu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente ao exercício de 2017, cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. Em 29 de dezembro de 2017, a SPE Mata Velha obteve carta do BNDES informando a não declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento da SPE Mata Velha pelo não cumprimento desse índice no exercício de 2017.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, com exceção dos índices não cumpridos já divulgados acima, todas as condições restritivas, qualitativas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017.

14 Debêntures

							Consolidado										
							31/12/2017					31/12/2016					
		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Encargos	Não circulante	Total Não Circulante	Total
1ª Emissão - Dobrevê	Série Única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de maio 2016 e juros pagos semestralmente a partir de novembro 2013	Quirografária	-	-	-	-	-	425	17.500	17.925	-	-	-	17.925
2ª Emissão - Dobrevê	Série Única	65	CDI + 1,34%	CDI + 3.03%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2018 e juros pagos semestralmente a partir de abril 2018	Quirografária	39.857	43.329	83.186	21.671	104.857	-	-	-	29.152	65.000	94.152	94.152
						Gastos com Captação	-	(295)	(295)	(98)	(393)	-	-	-	-	(490)	(490)	(490)
							39.857	43.034	82.891	21.573	104.464	425	17.500	17.925	29.152	64.510	93.662	111.587

Movimentação

No ano de 2016

Controladora/Consolidado					
31/12/2016					
Saldo em 31/12/2015	Juros	Amortização de custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2016
116.622	17.122	62	(18.040)	(4.179)	111.587

No ano de 2017

Controladora/Consolidado					
31/12/2017					
Saldo em 31/12/2016	Juros	Amortização de custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2017
111.586	11.504	98	(17.500)	(1.224)	104.464

O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Controladora/Consolidado	
Vencimento	Valor
2019	21.573
Total - não circulante	21.573

Condições restritivas

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros:

2ª emissão - Dobrevê Energia S.A.

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos inferior ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas, qualitativas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017.

15 Adiantamentos de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, no consolidado, referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes relativo ao faturamento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, como demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
CCEAR(*)	3.224	-
CER(**)	6.643	38.165
Mercado Livre	5.842	6.131
PROINFA	14.535	-
Total	30.244	44.296

*Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

**Contrato de Energia de Reserva

16 Provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos

	Consolidado		
	Desmobilização de ativos	Custos socioambientais	Total
Saldo em 31/12/2015	-	4.387	4.387
Adição	-	8.313	8.313
Transferencia	2.602	(2.602)	-
Saldo em 31/12/2016	2.602	10.098	12.700
Adição	-	(178)	(178)
Pagamento	-	(670)	(670)
Ajuste a valor presente	269	542	811
Saldo em 31/12/2017	2.871	9.792	12.663
Passivo circulante	-	4.329	4.329
Passivo não circulante	2.871	5.463	8.334
	2.871	9.792	12.663

17 Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Depósitos judiciais
Saldo em 31/12/2015	15	-	15	(1.654)
Adição	637	755	1.392	(22)
Reversão	(16)	(3)	(19)	-
Pagamento	-	(752)	(752)	629
Atualização	5	-	5	(55)
Saldo em 31/12/2016	641	-	641	(1.102)
Adição	463	-	463	(232)
Reversão	(654)	-	(654)	-
Pagamento	(300)	-	(300)	-
Atualização	14	-	14	(125)
Saldo em 31/12/2017	164	-	164	(1.459)

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Depósitos judiciais
Saldo em 31/12/2015	15	-	15	(6.209)
Adição	1.169	864	2.033	(304)
Reversão	(33)	(3)	(36)	-
Pagamento	-	(752)	(752)	4.025
Atualização	8	2	10	(151)
Saldo em 31/12/2016	1.159	111	1.270	(2.639)
Adição	772	5	777	(334)
Reversão	(839)	-	(839)	25
Pagamento	(300)	-	(300)	2
Atualização	30	4	34	(347)
Saldo em 31/12/2017	822	120	942	(3.293)

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2017 estavam assim representadas:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
Ambiental	5	1.381	-	-
Trabalhistas	4	180	4	177
Cíveis	14	8.390	13	3.831
Tributárias	6	36.425	6	24.836
	29	46.376	23	28.844

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Renováveis S.A.	11.401.088.098	94,69%	12.033.093.849	100%
Ações em tesouraria	639.110.567	5,31%	-	0%
Total	12.040.198.665	100%	12.033.093.849	100%

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado monta em R$746.288 (R$745.736 em 31 de dezembro de 2016), representado por 12.040.198.665 (12.033.093.849 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 15 de maio de 2017, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor total de R$39.435 mediante a emissão de 5.997.719 novas ações ordinárias, do valor total das novas ações R$394 foram destinados à conta de capital social e R$39.041, referente ao ágio pago na subscrição das novas ações, foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei das S.A.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 29 de setembro de 2017 e, posteriormente retificada na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de novembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor total de R$80, mediante versão do patrimônio líquido da Campo dos Ventos IV e da Eurus V, sem emissão de ações.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor total de R$7.009, mediante a emissão de 1.003.165 novas ações ordinárias, do valor total das novas ações R$70 foram destinados à conta de capital social e R$6.939, referente ao ágio pago na subscrição das novas ações, foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei das S.A.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor total de R$756, mediante a emissão de 103.932 novas ações ordinárias, do valor total das novas ações R$8 foram destinados à conta de capital social e R$748, referente ao ágio pago na subscrição das novas ações, foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei das S.A.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao ágio pago na aquisição da parcela de quotas detida pelos então acionistas não controladores da Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A., (Nota 9) e contabilizada de acordo com o CPC 36 - "Demonstrações Consolidadas" e ICPC 09 - "Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial".

c. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, pronunciamento técnico CPC 24 - Evento Subsequente e interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.154	25.508
(-) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado)	(2.408)	(1.275)
Base de cálculo dos dividendos	45.746	24.233
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	(11.437)	(6.058)
Constituição de reserva de retenção de lucros	34.309	18.175

19 Receita operacional líquida

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta		
Receita de venda de energia	306.276	281.222
Outras receitas	4.516	-
Total	310.792	281.222
Deduções		
Outras deduções	(897)	(832)
PIS / COFINS	(11.341)	(10.263)
Total	(12.238)	(11.095)
Receita líquida	298.554	270.127

A seguir demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
CCEAR*	9.272	19.424
CER**	170.173	160.436
Mercado Livre	60.376	36.441
Proinfa	66.455	64.921
Total	306.276	281.222

*Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
**Contrato de Energia de Reserva

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia que se encontram vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm as seguintes características:

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R$/MWh)(*)	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Eurus I	CER	12,7	193,83	IPCA	Setembro
Eurus III	CER	14,6	193,81	IPCA	Setembro
Figueirópolis	PROINFA	12,5	260,61	IGPM	Março
Ludesa	Mercado Livre	4,2	197,28	IGPM	**
Ludesa	PROINFA	16,7	255,40	IGPM	Junho
Mata Velha	Mercado Livre	12,5	180,99	IPCA	Abril
Morro dos Ventos I	CER	12,7	241,87	IPCA	Julho
Morro dos Ventos II***	Mercado Livre	15,1	249,92	-	-
Morro dos Ventos III	CER	12,7	241,82	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IV	CER	12,1	241,84	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IX	CER	12,8	241,85	IPCA	Julho
Morro dos Ventos VI	CER	11,2	241,89	IPCA	Julho
Novo Horizonte	Mercado Livre	10,2	176,63	IGPM	**
Total		160,0			
Preço ponderado		224,4			

*Data de Referência 31/12/2017
** Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (consumidores livres).
***Empresas participantes do MCSD o preço é válido de julho de 2017 a dezembro de 2017.

20 Custos de geração de energia elétrica e despesas gerais administrativas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo:				
Custo de compra de energia	-	-	(29.859)	(18.125)
Encargos de uso do sistema	-	-	(17.433)	(16.644)
Custo de operação das usinas	-	-	(33.411)	(33.269)
Materiais	-	-	(1.157)	(309)
Arrendamentos	-	-	(2.833)	(2.948)
Depreciação e amortização	-	-	(77.925)	(74.371)
Outros custos de operação	-	-	(1.648)	(1.411)
Total	-	-	(164.266)	(147.077)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas de ocupação	(650)	(472)	(653)	(480)
Material	(2)	-	(6)	(38)
Serviços profissionais	(624)	(286)	(3.018)	(897)
Provisões para risco trabalhista, tributárias e cíveis	181	(1.626)	(24)	(2.565)
Baixa de investimento	-	-	(7.804)	-
Baixa de provisão de perda de investimento	10.444	-	10.444	-
Outros	370	(1.790)	(437)	(2.149)
Total	9.719	(4.174)	(1.498)	(6.129)
Depreciação e amortização	(53)	(626)	(53)	(626)
Amortização do direito de exploração	-	-	(2.423)	(3.649)
Total	9.666	(4.800)	(3.974)	(10.404)

Como resultado das baixas das controladas WF Wind Holding V S.A, WF Wind Holding VII S.A, WF Wind Holding VIII S.A, WF Wind Holding X S.A, WF Wind XI S.A, Laranjinha Energética S.A, Bonanza Energética S.A, Renascer Centrais Elétricas S.A, Desa Comercializadora Energética S.A, Morro dos Ventos Energética Renováveis S.A e Distancia Energética S.A, reconhecemos o montante de R$7.808 no resultado consolidado. Em contra partida, a Holding efetuou a baixa da provisão de perda destas SPE´s no montante de R$10.444.

21 Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	94	119	26.832	30.807
PIS e COFINS sobre receita financeira	(10)	(13)	(951)	(15)
Variações monetárias ativas	-	-	3	24
Juros sobre mútuo	-	52	5.741	1.473
Outras	126	56	1.723	1.488
Total	210	214	33.348	33.777
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(11.965)	(17.637)	(69.434)	(74.344)
Atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	-	-	(6.708)	(9.064)
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(58)	(198)	(4.530)	(4.075)
Variações monetárias passivas	(14)	-	(38)	-
Ajuste a valor presente	-	-	(576)	-
Juros sobre mútuo	-	-	-	(1.801)
IOF	(29)	-	(175)	-
Outras	(101)	(141)	(3.123)	(645)
Total	(12.167)	(17.976)	(84.584)	(89.929)

22 Imposto de renda e contribuição social

22.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para suas controladas e lucro real para controladora e controlada Morro dos Ventos II, Desa Comercializadora e Mata Velha para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	48.155	25.508	79.078	56.494
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	(50.445)	(48.070)	-	-
Outras adições/(exclusões) permanentes	1.287	2.986	2.423	3.649
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	(45.580)	(48.493)
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	23.584	25.464
Base de cálculo	(1.003)	(19.576)	59.505	37.114
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito/(débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	341	6.656	(20.232)	(12.619)
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(341)	(6.656)	(341)	(7.468)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	66
Ajuste decorrente do adicional do IR	-	-	121	344
Imposto de renda e contribuição social - receita/(despesa)	-	-	(20.452)	(19.677)
Impostos - corrente	-	-	(20.452)	(19.677)
Impostos líquidos	-	-	(20.452)	(19.677)
Alíquota efetiva - %	0,0%	0,0%	(25,9%)	(34,8%)

23 Instrumentos financeiros

Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

23.1 *Classificações dos instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros, são mensurados conforme descrito abaixo:

(i) Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia e suas controladas gerenciam os investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Aplicações financeiras (nota explicativa nº 6)
- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6)

(ii) Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial são mantidos do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 6)
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7)
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 8)

(iii) Outros passivos financeiros ao custo amortizado

São designados para essa categoria somente os ativos e passivos financeiros cujo registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)
- Fornecedores (nota explicativa nº 12)
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13)
- Debêntures (nota explicativa nº 14)
- Adiantamentos de clientes (nota explicativa nº 15)
- Outros passivos

23.2 *Valorização dos instrumentos financeiros*

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia e de suas controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(i) Nível 1 - Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(ii) Nível 2 - Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente:

- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6)

Devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo

Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. Os empréstimos e financiamentos do BNDES e FINEP - investimento, não foram marcados a mercado por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas (sem correspondentes no mercado):

		Consolidado	
		31/12/2017	
		Contábil	Valor Justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
BNDES - Investimento	Nível 2	609.893	609.893
Debêntures	Nível 2	104.464	104.205
Instituições financeiras	Nível 2	65.107	50.091
Total		779.463	764.189

(iii) Nível 3 - Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

23.3 *Considerações sobre riscos*

23.3.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

23.3.2 Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("*covenants*") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

23.3.3 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

Em conformidade à instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado, supondo:

(i) Cenário I: baseado em premissas macroeconômicas obtidas no mercado para 31 de dezembro de 2018 (CDI em 6,89% a.a., TJLP em 6,00% a.a., IGPM em 4,57% a.a. e TR em 0,60% a.a.);

(ii) Cenário II: redução/elevação dos índices em 25% e;

(iii) Cenário III: redução/elevação dos índices em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

				Cenário II		Cenário III	
Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
Ativo Financeiro							
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos*	CDI	721	93	70	117	47	140
Aplicação Fundos**	CDI	266.775	36.149	27.112	45.187	18.075	54.224
		267.496	36.243	27.182	45.303	18.121	54.364

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
Passivo Financeiro							
Empréstimos e Financiamentos - BNDES, FINEP e FDNE	TJLP	(602.110)	(50.221)	(40.989)	(59.452)	(31.758)	(68.683)
Empréstimos e Financiamentos - DEBÊNTURES, APR, CCB e NP	CDI	(171.688)	(13.561)	(10.522)	(16.600)	(7.483)	(19.640)
Subtotal		(773.797)	(63.782)	(51.512)	(76.052)	(39.242)	(88.322)
Variação		(506.301)	(27.539)	(24.330)	(30.749)	(21.121)	(33.958)

*As aplicações em CDB/Debêntures/Títulos Públicos têm uma remuneração média de 98,05% do CDI (a.a.).

**As aplicações em Fundos têm uma remuneração média de 99,08% do CDI (a.a.).

23.3.4 Risco de vencimentos antecipados

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento das cláusulas restritivas "covenants" financeiros atreladas às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

23.3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise de liquidez

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

	Controladora						
31/12/2016	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	21	-	-	-	-	-	21
Empréstimos e Financiamentos*	122	240	1.059	2.574	686	1	4.682
Debêntures*	-	-	-	86.733	22.533	-	109.266
	143	240	1.059	89.307	23.219	1	113.969

	Consolidado						
31/12/2017	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13.018	-	3.196	1.598	-	-	17.812
Empréstimos e Financiamentos*	8.857	17.203	87.303	213.449	198.981	447.213	973.006
Debêntures*	-	-	-	86.733	22.533	-	109.266
	21.875	17.203	90.499	301.780	221.514	447.213	1.100.084

*Principal e encargos.

24 Compromissos

24.1 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	R$ mil a pagar para o ano de 2018	Índice Reajuste
Dobrevê Energia S.A *	1	out-10	-	-	478	IPCA
EOL DESA Eurus I e III	2	out-08	811	25 anos	495	IGP-M
EOL DESA Morro dos Ventos	2	out-08	3.777	25 anos	2.645	IGP-M
EOL Morro dos Ventos XII	1	abr-09	150	37 anos	27	IGP-M
				Total	3.645	

* valores referentes ao projeto EOL Iraúnas
1. Fase Pré Operacional: Valores mensais de R$ 1,0 a R$ 3,0 /há.
2. Fase Operacional: Valores mensais conforme receita bruta de energia.

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

	Consolidado	
Vencimento	Fixo	Total
2018	3.140	3.140
2019	3.276	3.276
2020	3.425	3.425
2021	3.584	3.584
2022	3.749	3.749
2023 a 2027	21.371	21.371
2028 a 2032	25.929	25.929
2033 a 2037	770	770
Total	65.244	65.244

25 Transações não envolvendo caixa e outras informações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras transações não envolvendo caixa:				
Provisão de custos sócio ambiental capitalizados no imobilizado	-	-	-	8.313
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	-	-	49
Dividendos não recebidos	43.986	34.660	-	-
Dividendos a pagar não deliberados	-	24.913	25.737	47.648
Aumento de capital com AFAC e controladas	46.837	144.954	-	-
Incorporação	2.540			
Aumento de capital com AFAC	47.280	17.793	47.280	17.793

26 *GENERATION SCALING FACTOR* (¨GSF) e repactuação do Risco Hidrológico

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, haverá o que se chama de Energia Secundária, originando a receita desta energia ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD que é rateada entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o que se chama de *Generating Scaling Factor* ("GSF"), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e consequentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013 este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente ao ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R$9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Para a parcela risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o aporte de prêmio de risco ao preço foi de 10,50/MWh e receita da energia adquirida será na Conta de Energia de Reserva (CONER).

Os geradores que aderiram à repactuação deveriam cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de GSF de maio a dezembro de 2015, e assim passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como uma despesa antecipada em contrapartida a uma redução no custo de energia elétrica.

Em dezembro de 2015, as controladas da Companhia: PCH Figueirópolis e PCH Ludesa aderiram à repactuação de seus contratos do ACR, assim como desistiram da ação judicial.

O registro de tais efeitos foi a constituição de uma despesa antecipada em contrapartida a redutor de receita de venda de energia. O montante do GSF repactuado líquido do prêmio na data base de 31 de dezembro de 2015 foi de R$8.500 para as controladas da Companhia. O montante de despesas antecipadas reconhecido está sendo amortizado como redutor de receita de venda de energia de forma linear no resultado destas controladas entre janeiro de 2016 a junho de 2020.

Para os contratos firmados com a Eletrobrás (PROINFA), o GSF do exercício de 2015, ainda não foi retido da receita dos exercícios de 2016 e 2017, desta forma, a parcela do GSF ressarcido líquida do prêmio repactuado do exercício de 2015, para as controladas da Companhia, está apresentada líquida do passivo a pagar registrado na rubrica de adiantamento de clientes no montante de R$6.710, tendo o saldo zerado na rubrica de despesa antecipada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi reconhecido no resultado o montante de R$1.890, referente a amortização do prêmio do risco hidrológico repactuado como redutor de receita, referente aos contratos do PROINFA.

27 MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS (MCSD).

Com a finalidade de mitigar os efeitos negativos sofridos pelas distribuidoras de energia em razão dos altos níveis de sobrecontratação de energia, a ANEEL tem realizado alguns esforços no que se refere a proporcionar alternativas para que essas distribuidoras aliviem seus excedentes de energia.

A Resolução Normativa - ANEEL nº 693 emitida em 15 de dezembro de 2016 (alterada pela Resolução Normativa - ANEEL nº 727 emitida em 21 de junho de 2016) regulamentou o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de energia elétrica com participação dos empreendimentos de geração com contratos vigentes comercializados no ACR (ambiente de contratação regulado) nas modalidades LFA (leilão de fontes alternativas) e LEN (leilão de energia nova).

Por meio do MCSD de Energia Nova, implementado de forma centralizada pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), as distribuidoras têm a possibilidade de declararem suas sobras e déficits enquanto os empreendimentos de geração interessados podem declarar ofertas para redução de sua energia contratada (de forma parcial ou total, por prazo estabelecido pela rodada do mecanismo). A CCEE processa o mecanismo a partir da declaração de todos os agentes, realizando trocas de energia otimizadas entre as distribuidoras e geradoras, por meio de cessões contratuais compulsórias e reduções contratuais, buscando atender os eventuais déficits declarados e equilibrar as sobras declaradas pelos agentes de distribuição com as ofertas de redução recebidas por parte dos geradores. Por fim, a CCEE contabiliza todas as trocas e cessões, podendo ratificar a redução proposta pelo gerador. Com isso, a energia fica descontratada pelo prazo estabelecido no acordo, podendo ser comercializada no ambiente de contratação livre (ACL).

O empreendimento que reuniu condições para participar do MCSD, durante o 2º semestre de 2017 (descontratação e venda de energia de julho a dezembro de 2017), foi a Eólica Morro dos Ventos II.

O resultado final da CCEE na descontratação e venda de energia incentivada foi o seguinte:

- Eólica Morro do Ventos II
  Volume descontratado do ACR: 15,10 MWm
  Preço de Venda R$ 249,92

A Companhia obteve um ganho consolidado pela participação no MCSD até dezembro de 2017 de R$6.558.

28 Eventos subsequentes

28.1 Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits (MCSD)

Em 19 de janeiro de 2018, o empreendimento Eólica Morro dos Ventos II recebeu a autorização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), para continuar a participar do MCSD durante o 1º semestre de 2018.

O resultado final da CCEE na descontratação e venda de energia incentivada foi o seguinte:

Eólica Morro do Ventos II
Volume descontratado do ACR: 15,10 MWm
Preço Médio de Venda R$ 242,00

A Companhia estima que o ganho consolidado pela participação no MCSD durante o exercício de 2018 seja de R$9.981, dependendo do volume de energia gerado.

Tal evento não gerou impactos em 31 de dezembro de 2017, tendo um impacto prospectivo.

28.2 Liminar GSF

Em junho de 2015 a APINE - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, ajuizou uma ação com vistas à proteção dos seus geradores hidráulicos associados no que tange ao ajuste MRE ou GSF. A liminar, estipulando que não fosse aplicado o referido ajuste, foi deferida em 1 de julho de 2015 e, desde então, os associados da APINE que ingressaram na ação não pagaram à CCEE o GSF mensal. A Companhia ingressou nessa ação com as seguintes controladas: Companhia Hidroelétrica Figueirópolis, Ludesa Energética (contratos ACR e ACL) e Companhia Energética Novo Horizonte. Apesar da suspensão dos valores de GSF a serem pagos a Administração da Companhia e suas controladas decidiu contabilizar os valores devidos mensalmente.

Em dezembro de 2015, porém, em virtude da Repactuação do Risco Hidrológico, nos termos da Resolução Normativa ANEEL 684/2015 (nota explicativa n° 30), as PCH com contratos no ambiente regulado - ACR desistiram da ação para poder auferir dos benefícios da repactuação. Essas PCH foram: Companhia Hidroelétrica Figueirópolis e Ludesa Energética (contrato ACR). As demais controladas continuaram com ação e liminar junto a APINE.

Em 7 de fevereiro de 2018, a Juíza da 20ª Vara do Distrito Federal cassou a liminar da APINE que protegia seus associados de pagarem o GSF desde julho de 2015. Com isso, as controladas da CPFL Renováveis deveriam fazer o aporte de todo o valor que estivera sob proteção judicial, nos prazos estipulados pela CCEE para a liquidação financeira do mês de janeiro de 2018. Em seguida da decisão preferida, o Conselho de Administração da APINE aprovou o ingresso de Embargos de Declaração frente à decisão da Juíza, a qual, depois de analisar os argumentos, preferiu nova sentença, no dia 16 de fevereiro de 2018, suspendendo o pagamento do GSF passado até decisão do Mérito, mas autorizando o pagamento dos valores mensais devidos a partir de 7 de fevereiro de 2018.

28.2 Alteração de Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Em 23 de fevereiro de 2018, o Sr. Gustavo Henrique Santos de Sousa, Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores interino e membro do Conselho de Administração da Companhia, apresentou renúncia dos referidos cargos, e deixou a Companhia em 02 de março de 2018

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2018, foram eleitos os Srs Fernando Mano da Silva como Diretor Presidente e Alessandro Gregori Filho como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Ambos os executivos tomaram posse no dia 09 de março de 2018 e cumprirão o mandato até o dia 30 de abril de 2019.

* * *

Alessandro Gregori Filho
Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Sergio Luiz da Silva Ribeiro
Superintendente Contábil e Fiscal

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora responsável
CRC 1SP199348/O-0